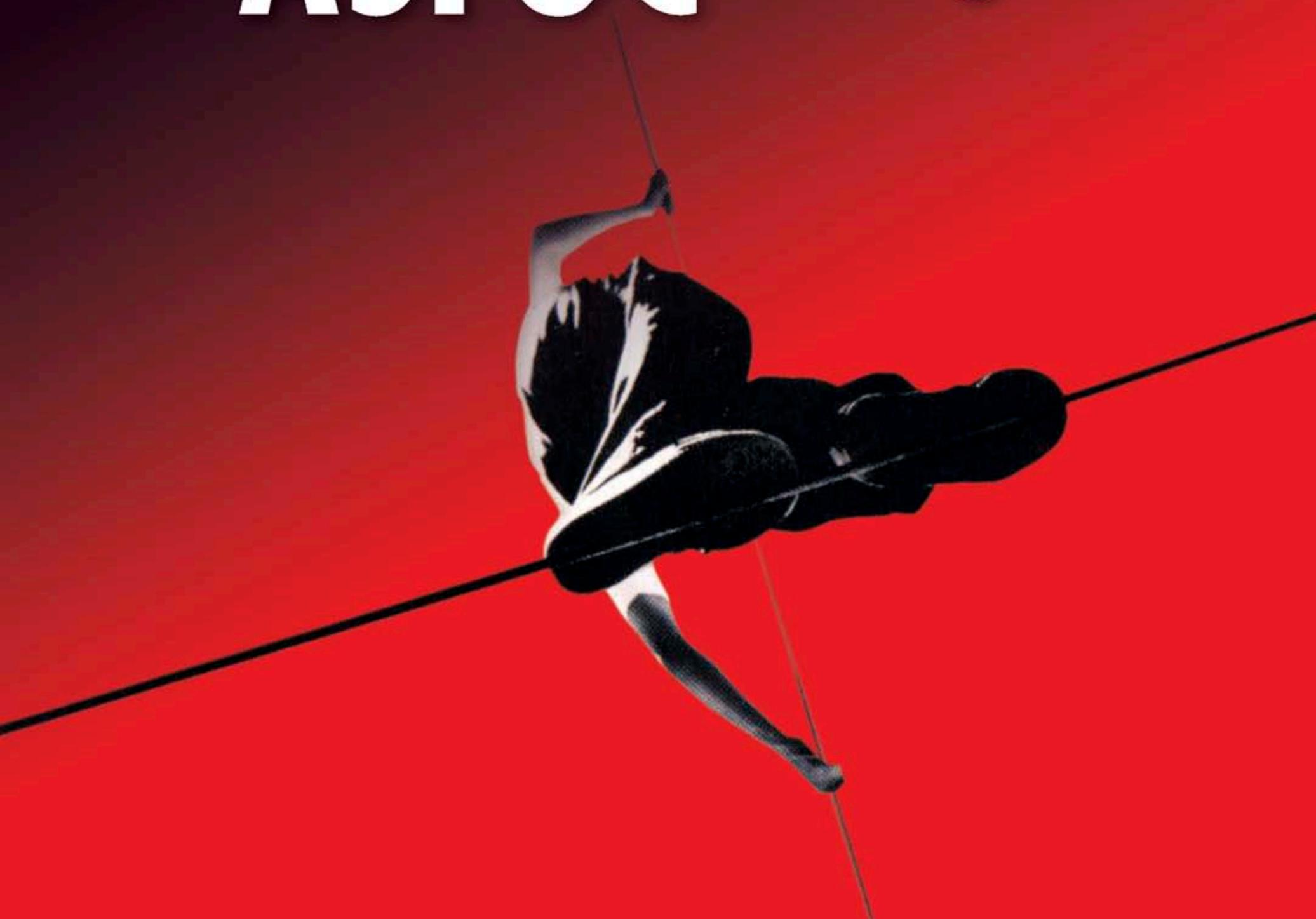


ASFOC FIOCRUZ



INSALUBRIDADE

AMEAÇA AO ADICIONAL
PROVOCA DISCUSSÃO
SOBRE MELHORIA DOS
AMBIENTES DE TRABALHO

Movimento luta também
por cumprimento dos
acordos e contra o Projeto
de Lei da Fundação Estatal

Página 7

Por uma Fiocruz realmente Saudável

A ameaça de corte do adicional de insalubridade para grande parte dos servidores já mobiliza o Sindicato há um bom tempo. Graças ao movimento dos trabalhadores conseguimos reverter algumas vezes a intenção do governo de aplicar laudos defasados que não levam em conta os riscos e especificidades da Fundação, o que prejudicaria oito em cada dez servidores.

Na matéria principal desta edição, Hermano Albuquerque de Castro, coordenador do Cesteh/Ensp, conta um pouco do projeto de avaliação dos processos e ambientes de trabalho, que pode e deve ser referência para mudanças na legislação vigente. Para isso, temos buscado nos articular com outros sindicatos, centrais sindicais e órgãos do governo federal que atuam na área.

Elaborado em conjunto com a CST/Direh, o projeto já vem sendo aplicado na Fiocruz pelo Nust desde o fim do ano passado. Vamos lutar para que o Ministério do Planejamento reconheça e empregue o resultado desse processo. É essencial que seja respeitado o tempo necessário para que o trabalho seja feito da melhor maneira. O projeto prevê o término da avaliação dos ambientes e das reuniões com todos os trabalhadores, independente de seus vínculos, em seus locais de trabalho até o fim de novembro deste ano.

A Asfoc reconhece o esforço dos técnicos responsáveis pelo projeto, mas entende que é preciso um maior envolvimento das unidades e dirigentes da Fiocruz, para garantir o seu bom andamento. Também é essencial o envolvimento dos trabalhadores. Está em nossas mãos uma oportunidade única de vermos levantadas muitas das debilidades hoje existentes na organização. É hora de tirar de baixo do tapete todos os problemas e cobrar resultados que nos levem a uma Fiocruz realmente Saudável.

Precisamos de um levantamento preciso do que já foi feito e do que ainda está por fazer. Urge a necessidade da criação de um grupo institucional de acompanhamento, com a participação da Presidência, CST, Cesteh, Nust e Asfoc, que se reúna periodicamente para analisar o que já foi feito e cumprir as metas propostas.

Também este mês, a cobertura do “FioPrev em debate”, um assunto tão ou mais relevante para os trabalhadores da Fiocruz. Nosso plano previdenciário precisa enfrentar questões que hoje ainda se encontram sem solução.

O que fazer com os benefícios que não vêm sendo pagos? Como lidar com a expectativa de direito daqueles que contribuíram para o plano e hoje não têm seus contratos respeitados? Como lidar com a impossibilidade de absorver os novos servidores que ingressaram na Fiocruz no último concurso? Essas e outras questões precisam ser aprofundadas em novos encontros para definirmos democraticamente e em breve tempo os rumos do nosso plano previdenciário.

Informamos ainda os últimos passos para garantir a criação de um Grupo de Trabalho no Planejamento, que discutirá a estrutura de carreira da Fiocruz. No GT, que será oficializado por meio de uma portaria do próprio Planejamento, discutiremos a retomada dos percentuais de titulação e a proporcionalidade da GDACTSP entre os níveis superior e intermediário, além da regulamentação da gratificação e dos critérios para concessão de novos adicionais de titulação. É urgente a criação desse grupo para que possamos avançar nessas questões.

Outra questão que a Asfoc-SN vem acompanhando de perto é o movimento unificado contra a votação de um Projeto de Lei que cria as Fundações Estatais. A idéia foi rejeitada tanto pela XIII Conferência Nacional de Saúde como pelo Conselho Nacional. Não podemos aceitar que as instâncias de controle social do SUS sejam desrespeitadas. Não concordamos que o controle social só tem o que dizer, quando repete o mesmo que dizem os “intelectuais e formuladores” de políticas. Respeito a nossa inteligência e ao nosso poder de decisão é o mínimo que queremos.

Estamos atentos e unidos aos demais servidores para garantir que os aumentos previstos sejam pagos. Não podemos ser responsabilizados pela crise do capital e pela queda na arrecadação do governo. Exigimos que nossos direitos sejam respeitados.

Estamos de olhos bem abertos!

ESPAÇO UNIFOC

Inovação, palavra de ordem

por Antonio Humberto da Costa

Quando Sergio Arouca implantou definitivamente eleições em todos os níveis da Fundação Oswaldo Cruz, tinha certeza que a verdadeira democracia seria um marco em todas as atividades nas áreas de ciências, pesquisas, ensino, tecnologia e serviços, nas unidades técnicas que compõem a Fiocruz, aí incluídas as unidades regionais. Em continuidade ao processo desencadeado por Arouca, agora foram realizadas eleições para presidente e diretores das unidades técnicas.

Como não poderia deixar de ser, dentro de uma democracia consolidada, durante as campanhas eleitorais houve debates acirrados. Contudo, ao final desses processos, prevaleceu nosso lema principal: O ORGULHO DE SER FIOCRUZ, até porque a verdadeira democracia parte do princípio de convivência salutar entre contrários. Como exemplo, posso afirmar que participei da solenidade de posse em três unidades técnicas onde o processo eleitoral foi bastante disputado e, entretanto, nas solenidades estavam, lado a lado, adversários de ontem, agora irmanados no mesmo ideal de uma Fiocruz cada vez mais fortalecida.

Na Ensp, onde iniciei minhas atividades em 6 de setembro de 1959, foi, sem dúvida alguma, a posse mais representativa. Lá estavam presentes, além do presidente da Fiocruz, seus vices e colaboradores mais próximos, representantes da Opas/OMS e do ministro da Saúde, os secretários de Saúde Municipal e Estadual, vereador representando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, inúmeras autoridades federais, estaduais e municipais e Paulão, presidente da nossa Asfoc-SN.

Numa homenagem singela a nossa Ensp, foram lembrados o curso de especialização em Saúde Pública de 1975; o Programa Peses, um marco que culmina com a vinda de Arouca e outros “experts” de São Paulo, que, entre outras atividades, iniciaram a grande reforma sanitária brasileira; a célebre Conferência Nacional de Saúde, toda elaborada na Ensp; e a histórica conquista que foi Sergio Arouca na presidência da Fiocruz.

Entretanto, não devemos esquecer que a Ensp, criada pela Lei 2.312/1954, começou suas atividades de ensino em 1959, com cursos básicos de Saúde Pública para médicos, engenheiros e enfermeiros. Em meados dos anos 60, iniciou cursos de Saúde Pública descentralizados, em Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Em 1965, lançou seu curso mais ousado para a época: especialização em Planejamento do Setor Saúde, com o apoio da Opas/OMS. Em 1967, realizou dois cursos de mestrado em Saúde Pública e um terceiro foi realizado em 1968, todos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, cujo parecer foi publicado no Diário Oficial da União; e, assim, validados em todos os concursos públicos realizados no Brasil. A legislação básica de ensino foi reformulada e somente 10 anos depois retornou a ministrar os cursos de pós-graduação. Mas isso é outra história. Comecei falando de inovação e a Ensp, mais uma vez, com sua política de integração, renovação e inovação, estende seus braços para todos os lados, como se fosse o deus Shiva, na certeza de que seus programas de ensino, tecnologia e pesquisa darão cada vez mais frutos. O vídeo exibido antes daquela solenidade mostrou a integração do homem na globalização e é assim que a mensagem deve ser entendida.

Parabéns a todos, com abraços meus e da nossa Unifoc. E ao Antonio Ivo, por motivos óbvios, um abraço especial.

Diretor Executivo da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

EXPEDIENTE

■ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo César de Castro Ribeiro - Presidente • Paulo Henrique Scrivano Garrido - Vice-Presidente • Alcimar Pereira Batista - Diretor de Administração e Finanças • Gilberto Lessa - Diretor Secretário-Geral • Jorge Santos da Hora - Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos • Roberto Lopes - Diretor de Esportes • João Carlos B. R. de Freitas - Diretor Social e de Cultura • Adriano De Lavor - Diretor de Comunicação • Wladimir Gomes de Melo - Diretor de Articulação Regional ■ SUPLENTE • Daniel Daipert Garcia • Carlos Augusto de Andrade Meirelles • José Leonídio Madureira de Souza Santos • Rita Regina Guimarães • Paulo Henrique da Costa Ferreira ■ CONSELHO FISCAL • Marilene Fragas Costa - Presidente • Nilton Francisco da Silva • Nilton Francisco da Silva - Secretário • Júlio César Miguel • Lucio José de Oliveira • Alexandre Silva Muniz

■ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 /E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ■ Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier ■ Equipe • Fernando Taylor e Fernanda Freitas (Estágio) ■ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Fernanda Freitas ■ Divulgação • Jorge Vieira ■ Impressão • Wal Print Gráfica e Editora ■ Programação Visual • F.Tavares

CONTATOS ASFOC-SN

■ SEDE DA ASFOC-SN (AV.BRASIL, 4.365 - RJ - CEP 21040-360) ■ Secretaria - 2598-4231 ■ Jornalismo - 2598-4231 (R. 211) ■ Odontologia - 2598-4333 ■ Jurídico - 2598-4231 (R. 214) ■ Seguros - 2598-4231 (R.218) ■ Salão de Beleza - 2598-4231 (R.223) ■ Restaurante - 3885-3890 ■ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: Pernambuco - (81) 3454-4501 ■ Minas Gerais - (31) 3349-7710 ■ Distrito Federal - (61) 3340-0340 ■ Bahia - (71) 3356-6583 ■ Amazonas - (92) 3621-2397

Carlos Magno (em pé) defende a proposta: “recursos pertencem ao plano”

remuneração, para custeio do benefício programado - aposentadoria suplementar).

Estes recursos seriam transferidos, como aportes iniciais, para contas individuais vinculadas a cada servidor e calculados de acordo com o tempo de contribuição e o respectivo salário de participação. Teriam direito ao aporte os participantes que estavam ativos em fevereiro de 2007 e permanecem vinculados até hoje ao FioPrev. Além disso, o plano ficaria aberto ao ingresso de novos participantes.

“Queremos que o recurso da patrocinadora seja a partida de um plano novo de contribuição definida e estabelecer uma cota do bolo para cada participante. Nossa tese é que esse recurso não é mais da União, nem da entidade. Os recursos pertencem ao plano”, afirmou o diretor-superintendente do FioPrev, Carlos Magno, ressaltando que não existe a possibilidade de saque imediato deste valor por parte dos servidores.

O presidente da Asfoc-SN, Paulo César de Castro Ribeiro, garantiu que o Sindicato vai trabalhar politicamente para o recurso continuar no plano e afirmou ser contra a criação de um fundo de previdência administrado pelo governo — existe no Congresso Nacional Projeto de Lei que cria uma entidade e um fundo único de previdência para os servidores, denominado Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

“Não podemos perder algo que foi construído com nosso suor e trabalho. A ideia do governo de administrar um grande fundo de previdência me parece bastante sucudenta. Sinto-me mais seguro se continuarmos com nosso plano, mais próximos do nosso administrador, do que botarmos nosso dinheiro na mão desse ou de um futuro governo, que eu não sei como utilizará os recursos”, ressaltou.

Alex Molinaro, ex-integrante do Conselho Deliberativo do FioPrev, opinou: “As pessoas ingressaram no FioPrev com a perspectiva de receber um benefício. No meio do caminho, elas passaram a não poder mais receber, porque o contrato foi quebrado pelo governo... A ideia de transformar esse plano em contribuição definida parece ser a alternativa mais viável no momento”.

De acordo com a direção do FioPrev, a legislação atual não permite a criação de planos de Benefício Definido. Carlos Magno explicou que a utilização destes recursos no novo plano de Contribuição Definida será uma maneira de “não perdermos os valores depositados pela Fiocruz nos últimos anos”.

Ao comentar o debate, Paulão esclareceu que a Asfoc ainda não fechou questão sobre o assunto e afirmou que o Sindicato continuará cobrando da direção do FioPrev a realização de novos debates que esclareçam em qual situação se enquadram os servidores da Fiocruz.

Entenda a proposta para o plano de Contribuição Definida (CD)

Aporte inicial para cada participante no Plano de Contribuição Definida, com valores proporcionais ao tempo de contribuição do participante ao FioPrev e ao seu respectivo salário de participação. Só terão direito ao aporte inicial os participantes que em fevereiro de 2007 eram ativos e ainda permanecem vinculados ao FioPrev. A diferença fundamental entre os planos é de que na modalidade BD, caso o patrimônio do fundo não seja suficiente para honrar os benefícios, a patrocinadora garantiria os recursos. No plano CD, entretanto, caso o patrimônio do fundo não seja suficiente para honrar os benefícios, o risco é dos contribuintes.

Foto: Jesuan Xavier



FioPrev

Contribuição Definida é apresentada como alternativa para impasse

A previdência complementar foi tema do debate promovido pelo FioPrev, dia 29 de abril, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. O objetivo do encontro era apresentar diagnóstico e alternativas para o plano previdenciário dos servidores da Fiocruz. As discussões abordaram o fim da contribuição da Fundação (patrocinadora) para o fundo previdenciário, o impedimento para concessão de novos benefícios e a impossibilidade de ingresso de novos participantes.

Em fevereiro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência proibiu, por meio do ofício 509, a continuidade do repasse do valor referente ao custeio do benefício de aposentadoria complementar, feito pela Fiocruz, ao plano previdenciário administrado pelo FioPrev. A alegação era que, com a criação do Regime Jurídico Único, os servidores federais passaram a contar com o direito à aposentadoria integral paga com o subsídio da União e que essa contribuição quebrava a isonomia entre os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público.

Por conta do impasse, a diretoria do FioPrev expôs que o melhor caminho a ser tomado seria a criação de um plano de Contribuição Definida (CD) para os servidores da Fiocruz, a partir do patrimônio existente hoje no plano de Benefício Definido (BD), criado em 1991, para complementar o que não era oferecido ao servidor - este patrimônio foi construído com a contribuição do participante (1% da remuneração, para custeio do benefício de risco - aposentadoria por invalidez, doenças, etc) e da patrocinadora (também de 1% da

SAÚDE NÃO

Fernando Taylor

A insalubridade é assunto recorrente na pauta dos servidores da Fiocruz desde 2006, quando o governo já sinalizava uma ameaça de corte do adicional no contracheque dos trabalhadores. Em agosto de 2007, a Fiocruz admitiu em comunicado oficial que os laudos recém-elaborados acarretariam "perdas remuneratórias a um significativo conjunto de servidores". No fim do mesmo mês, os trabalhadores da Fiocruz fizeram a primeira paralisação contra a possibilidade de redução salarial – uma outra greve nacional fechou as portas da Fundação no dia 12 de setembro.

Os trabalhadores reivindicavam a revisão imediata dos parâmetros e critérios do Ministério do Planejamento para os laudos e o Sindicato denunciava que os pareceres tinham como base critérios retrógrados e erros metodológicos. A mesma posição tinham os servidores da área de saúde do trabalhador e ambiente da Fiocruz: a metodologia utilizada para a revisão, segundo eles, era mais atrasada e havia sofrido pouquíssimas modernizações nos últimos 20 anos.

Em 15 de outubro de 2007, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, conheceu as condições de trabalho dos funcionários de três unidades da Fiocruz que seriam atingidas pelo corte - se fosse colocada em prática, a redução salarial média seria de 10% para oito em cada dez servidores. Três dias depois, graças ao movimento dos trabalhadores, Duvanier garantiu que a situação na Fiocruz estava "congelada".

MATRIZ DE CORVALAN

- A metodologia utilizada para a construção dos indicadores foi baseada no modelo FPPEEA (Força Motriz – Pressão – Estado – Exposição – Efeito – Ação), desenvolvido pelo pesquisador chileno Carlos Corvalan, assessor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e coordenador da Organização Mundial de Saúde (OMS).
- O modelo permite ao gestor ter uma visão macro das causas, desde o início do processo de trabalho, até os possíveis efeitos no indivíduo. Segundo a OMS, "este é o modelo em que as forças motrizes geram pressões que modificam a situação do ambiente e, em última análise, a saúde humana, por meio de diversas formas de exposição, onde as pessoas entram em contato com o meio ambiente, causando efeitos na saúde".
- Os indicadores são úteis para a vigilância em saúde do trabalhador, contribuindo para uma ação eficaz no controle da situação de risco no trabalho, orientando a prática e fornecendo elementos para a tomada de decisões.



Paulão entrega o documento ao ministro Lupi, que elogiou o projeto

No início de 2008, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) – composto por representantes dos ministérios do Planejamento e Saúde, da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST/Direh), do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp) e da Asfoc – responsável pela revisão dos conceitos, critérios e metodologia para aplicação dos adicionais de insalubridade.

Mesmo com impasse ocorrido no GT entre os técnicos do Planejamento, que não concordavam com o modelo de trabalho proposto, e os representantes do Sindicato e da Fiocruz, em 19 de junho o projeto de avaliação dos processos e ambientes de trabalho da Fundação – utilizando novos conceitos, parâmetros e metodologia para o diagnóstico e melhoria dos ambientes - foi entregue ao secretário de RH do MPOG. Desde então, com o acompanhamento da Asfoc, a Fiocruz continuou a implementação do projeto com a contratação de técnicos e seu treinamento no fim de 2008, para realizar a avaliação dos ambientes de trabalho – que teve início em janeiro de 2009 e tem previsão para sua conclusão em dezembro deste ano.

Como fruto do impasse ocorrido no GT, o processo de avaliação sofreu ameaças por parte do Ministério da Planejamento e fez com que a Asfoc buscasse apoio junto a outras instâncias governamentais com papel relevante na definição de políticas na área de saúde do trabalhador e entidades de representação dos trabalhadores - sindicatos e centrais sindicais. Nilton Freitas, assessor de Políticas Públicas e Sociais do Sindicato dos Químicos do ABC, dirigente ligado a CUT, foi um dos contatos que demonstrou interesse no projeto.

Em maio deste ano, a Asfoc apresentou ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, um documento com o histórico do processo que vem sendo realizado na Fiocruz desde o ano passado. Lupi elogiou a proposta e sugeriu que fosse encaminhada à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro/MTE), entidade governamental que atua em pesquisa científica e tecnológica relacionada à segurança e saúde dos trabalhadores, com o objetivo de avançar em formas de atuação conjunta.

O ministro se comprometeu a avaliar o projeto em andamento na Fiocruz para definir de que forma poderá atuar como mediador nas relações entre Asfoc, Fiocruz e Ministério do Planejamento nas próximas discussões sobre o assunto.

TEM PREÇO!

ENTREVISTA: HERMANO ALBUQUERQUE DE CASTRO

“Para o governo, trabalhador é mero objeto”

Responsável pelo apoio técnico ao projeto, o pesquisador, médico pneumologista e professor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Hermano Albuquerque de Castro, coordenador geral do Centro de Estudos de Saúde do Trabalho e Ecologia Humana (Cesteh), acredita que a iniciativa “servirá de modelo não só para o setor privado, mas para os diferentes setores públicos”. Segundo ele, o método utilizado atualmente pelo Ministério do Planejamento “mantém a mesma lógica de trabalhador-objeto”. Hermano lembrou que o resultado do processo será apresentado por um grupo externo, comandado pelo professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), René Mendes, referência no setor de saúde do servidor público. “É para que não haja nenhum tipo de conflito com o trabalho desenvolvido na Fiocruz”, ressaltou Hermano.

Como deve ser tratada a insalubridade nos ambientes de trabalho?

• **Hermano Albuquerque de Castro** • Primeiro tem que se fazer a diferença entre o ambiente insalubre e o adicional de insalubridade. O adicional é uma regra legal, em que a legislação brasileira aponta para um acréscimo no salário, baseado no risco a que as pessoas estão expostas. O ambiente precisa ter determinadas condições para que seja considerado saudável e toda instituição deve perseguir isso, principalmente num lugar como a Fiocruz, com vários ambientes de trabalho, com um setor administrativo enorme, laboratórios com diferentes substâncias químicas, ambulatórios com diversos contaminantes biológicos, fábrica de vacina... Toda a estrutura de uma indústria convencional em que a insalubridade está presente em diferentes processos.

Qualquer empresa deve ter um programa para combater a insalubridade. O Fiocruz Saudável desempenha bem esse papel?

• **HC** • Foi o principal programa que a instituição construiu nos últimos 10 anos, visando a promoção da saúde e o desenvolvimento de uma política de prevenção para reduzir os riscos. É um programa que deve ser retomado, de forma intensa, para investir nos ambientes de trabalho da Fundação, ou seja, numa Fiocruz realmente Saudável.

Pagar adicional de insalubridade é vender a saúde do trabalhador?

• **HC** • O adicional é a monetarização do risco, ou a venda da saúde. A lei obriga que a instituição pague o adicional para que o trabalhador permaneça no ambiente insalubre (no Regime Jurídico Único o percentual incide sobre o vencimento básico, enquanto na CLT, sobre o salário mínimo). Essa é uma lógica perversa e que combatemos, mas a legislação é assim. O ideal é que não existam ambientes insalubres.

É a legislação que deve ser modificada?

• **HC** • A legislação não mudou muito e tem que ser toda

revista, porque está atrasada e desatualizada. Várias substâncias químicas não são encontradas na Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho (NR-15). Substâncias cancerígenas não são apontadas como tal e, portanto, não deveriam ser utilizadas. Outras situações e fatores de risco, como, por exemplo, os ergonômicos e psicossociais, não são contemplados... O que a legislação atual fornece de elemento para gerar o adicional de insalubridade é uma fatia muito pequena dos riscos dos ambientes de trabalho, é muito restrita aos riscos biológicos e químicos.

No mercado mundial entram por ano em torno de 2 a 3 mil substâncias químicas novas no setor industrial. Elas se modificam dependendo do processo. Nada disso é levado em consideração. O que vemos na Fiocruz é a utilização e a exposição de trabalhadores a substâncias ou subprodutos de determinadas reações químicas. Defendo a incorporação dos adicionais na Fiocruz, como forma de homogeneização dos trabalhadores, e caminhar para a minimização ou a retirada dos riscos para tornar o ambiente salubre. Isso é o ideal.

Qual a principal diferença entre os métodos desenvolvidos na Fiocruz e o aplicado pelo governo?

• **HC** • O do governo mantém a mesma lógica de trabalhador-objeto, não envolve uma avaliação de forma global dos ambientes de trabalho. Esse é o grande problema do sistema do Ministério do Planejamento. O laudo, que é baseado numa legislação antiquada, fica muito distante da realidade e não envolve o trabalhador.

A proposta acordada com o Nust e com a presidência da Fiocruz é que seria feito de forma diferente. Os ambientes e os sujeitos deste ambiente (os trabalhadores) no processo são privilegiados. Trouxemos um método utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é a matriz de Corvalan, já utilizada pelo Ministério da Saúde para a construção de indicadores na área ambiental. O trabalhador deixa de ser um mero objeto de investigação e passa a ser o sujeito do processo. A avaliação não é feita pela profissão ou pelo



Foto: Fernanda Freitas

setor, mas o ambiente de risco que é exposto, independentemente da sua atividade profissional.

O que está por trás dessa lógica do governo?

• **HC** • Fazer redução de caixa, cortando os adicionais de insalubridade. Melhorar o ambiente de trabalho significa investimento. Isso deveria ser o carro-chefe, a preocupação central do Ministério do Planejamento, mas não é. O trabalhador precisa ter claro que o ambiente melhorou para que possa perceber que não existe mais a necessidade do adicional. Isso não acontece na Fiocruz.

Qual sua expectativa em relação a esta proposta desenvolvida na Fiocruz?

• **HC** • De o projeto ir além dos muros da Fiocruz, servir de modelo não só para o setor privado, mas para os diferentes setores públicos e da produção brasileira. Teremos uma experiência diversificada na Fiocruz – que tem fábrica, escola, unidades de pesquisa, laboratórios, hospitais – uma visão completa do mundo de processos de trabalho dentro de uma única instituição. Além disso, a matriz vai revelar uma série de questões na Fiocruz que dizem respeito à gestão (transporte, violência e alimentação) e fornecer elementos e soluções para estas políticas mais gerais da Fundação.

Como você avalia que o governo vai receber esta proposta?

• **HC** • Minha expectativa não é tão promissora. O governo teria mais tranquilidade em aceitar o método se tivesse uma outra visão do trabalho. A visão que tem é bastante econômica, de melhorar o caixa e reduzir os custos dos gastos com o corte do adicional de insalubridade. É uma economia que não resolve o problema do país, porque é uma redução irrisória, mas impacta diretamente a vida dos trabalhadores. Além disso, não vejo nenhuma política de investimento para melhorar os ambientes por parte do governo.



Rogério Lannes (de azul) produziu as fotos para reportagem da Radis

Fotos: Fernando Taylor

Alto Rio Negro é tema de exposição no Sindicato

A publicação da edição de número 80 da revista Radis (Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde) foi comemorada com uma exposição de fotos, “Alto Rio Negro”, durante o mês de abril, na sede da Asfoc-SN. A mostra do jornalista Rogério Lannes, ex-diretor do Sindicato e coordenador do Programa Radis, reuniu imagens de paisagens, crianças e cenas cotidianas das comunidades indígenas ribeirinhas dos rios Negro e Xié, no Amazonas.

As fotografias foram produzidas para reportagem da revista Radis, sobre a primeira turma do curso técnico de Agente Comunitário Indígena de Saúde. Rogério Lannes e Adriano De Lavor acompanharam as aulas do primeiro módulo, na aldeia de Vila Nova, às margens do rio Xié, afluente do Rio Negro.

“A exposição mostra o lado lúdico que seduziu a gente. A Radis faz muitas cobertu-

ras interessantes, mas nem todo o material é usado. Por isso, colocamos imagens adicionais no site. Agora, a Radis abre um precedente para a Asfoc, que é recuperar mais um material não aproveitado na revista”, propôs Rogério.

Expondo pela primeira vez em 28 anos de profissão, o jornalista contou que sua iniciação começou por acaso, no ano passado, quando substituiu um colega da própria equipe e fez a cobertura fotográfica do Congresso de Epidemiologia da Abrasco.

“Gostei da experiência. Em janeiro, com mais tempo, por não estar mais à frente da Asfoc, me escalei para a reportagem no Alto Rio Negro e trouxe um material interessante demais para usar apenas na revista. Essas fotos são um pré-curso de fotografia que agora eu resolvi fazer, para poder conhecer melhor a técnica e trabalhar melhor”, frisou o ex-diretor.

Esta foi a primeira vez este ano que o Espaço de Exposições da Asfoc-SN recebeu o trabalho de um artista – após a inundação da sede do Sindicato em março de 2005 e a recuperação do local, o cartunista mineiro Mayrink, servidor aposentado da Fiocruz, estreou o espaço em outubro de 2008, ao exibir os desenhos da exposição “Humor com humor se paga”, durante o Dia de Memória e História.

“É uma satisfação receber o trabalho do Rogério Lannes. Além de ser um grande jornalista, com quem eu convivi e aprendi muito durante os mandatos na Asfoc, me surpreende também como um grande fotógrafo, pela sensibilidade e pela técnica”, afirmou o presidente do Sindicato, Paulo César de Castro Ribeiro, durante a abertura da exposição, no dia 1º de abril.

Se você tem um trabalho interessante para exibir, procure a direção da Asfoc e saiba como usar o espaço do Sindicato.

Asfoc inaugura academia em Farmanguinhos

Após longo processo de reestruturação, a Asfoc-SN inaugurou, dia 28 de abril, a tão esperada Academia de Ginástica no Centro Tecnológico de Medicamentos de Farmanguinhos. Os 835 trabalhadores do campus (662 terceirizados e 173 servidores) já podem usufruir plenamente das atividades disponibilizadas na primeira grade experimental – musculação, ginástica e dança do ventre.

Durante a inauguração, o presidente da Asfoc-SN, Paulo César de Castro Ribeiro, esclareceu que o espaço já havia sido cedido ao Sindicato desde que as instalações de Farmanguinhos foram transferidas para Jacarepaguá. Porém, foram necessárias reformas para estruturar o prédio e adequá-lo às necessidades de uma academia.

CONFIRA A GRADE ESPORTIVA

- **Musculação:** segunda a sexta-feira, das 11h às 14h e de 15h15 às 19h.
- **Ginástica:** segunda, quarta e sexta-feira, das 12h às 13h.
- **Dança do Ventre:** terça e quinta-feira, das 12h às 13h.

Os interessados em participar das atividades podem procurar a representante da Asfoc no CTM, Simone Barbosa, na sala da Segurança de Trabalho ou pelos ramais 5202 e 5203, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 17h.

No meio deste percurso, uma crise financeira na Asfoc impediu que novos investimentos fossem feitos no local. No fim do ano passado, com o aumento da contribuição dos associados ao Sindicato (de 0,5% para 1%), foi possível retomar o projeto.

“A Asfoc não é uma associação esportiva, mas acreditamos no esporte como forma de trazer qualidade de vida aos trabalhadores. Por isso, buscamos trazer qualidade de vida aos trabalhadores. Além disso, espero que esse seja um espaço para confraternizar, mas também uma forma para ampliar as discussões sindicais. É esporte para além do esporte”, disse Paulão.

Jamaira Moreira Giora (na foto, com Paulão), que assumiu a direção do CTM-Farmanguinhos durante o processo eleitoral da casa, participou do evento e parabenizou a Asfoc por mais esta conquista, além de festejar a novidade junto com cerca de 30 trabalhadores.

Segundo ela, a academia propicia a integração e a união da instituição por meio da convivência fora do espaço de trabalho e incentivou o uso do novo espaço. “Todos os funcio-

nários devem participar, pois quem ganha com isso são as pessoas e a instituição”.

O presidente do Sindicato aproveitou a ocasião para fazer um apelo. “Descobrimos que apenas 87 trabalhadores contribuem com a Asfoc. Espero que as atividades aqui signifiquem um estímulo à participação dos servidores no Sindicato. Temos que ter consciência do papel da Asfoc para reivindicar os direitos dos trabalhadores”, concluiu.





Foto: Glauber Queiroz

Trabalhadores contra PL da Fundação Estatal

Cerca de 4 mil trabalhadores de diversas entidades sindicais e movimentos sociais, entre elas a Asfoc-SN, fizeram um grande ato público em Brasília, dia 17 de junho, contra a votação do Projeto de Lei 92/2007, que propõe a criação da Fundação Estatal de Direito Privado. A manifestação cobrou também outros pontos da campanha unificada dos servidores federais, dentre eles o cumprimento integral dos acordos e o reajuste de benefícios.

Os trabalhadores já conseguiram adiar a votação por duas vezes, após intensa mobilização junto aos parlamentares. “Solicitamos a imediata retirada do projeto da pauta de votação. Precisamos garantir o respeito às decisões das instâncias de controle social do SUS”, frisou o vice-presidente da Asfoc-SN, Paulo Garrido, durante a manifestação.

No fim da manhã, após a passeata percorrer a Esplanada dos Ministérios, os manifestantes tomaram o auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional. Vários deputados, entre eles Chico Alencar (PSOL/RJ), Chico D'Ángelo (PT/RJ), Fernando Ferro (PT/PE), Vicentinho (PT/SP), Solange Almeida (PMDB/RJ) e Jô Moraes (PC doB/MG), declararam ser contrários ao PLP 92/2007, arrancando aplausos dos servidores.

Uma comissão de deputados e representantes das entidades, com participação da Asfoc, se reuniu com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP). Ele se mostrou sensível ao pleito, mas disse que não tem como dar posição definitiva naquele momento. Mesmo assim, após a reunião e acordo entre as lideranças, o PL foi retirado de pauta no mesmo dia.

Grupos de Trabalho – Nos últimos dias a direção da Asfoc-SN intensificou a cobrança junto ao Ministério do Planejamento pela criação de um Grupo de Trabalho para discutir a estrutura de carreiras da Fiocruz - a criação do GT é um

compromisso do secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira.

Protocolamos dois documentos na Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento cobrando a imediata criação do GT. Cobramos também que seja enviado ao Congresso, no mais breve tempo, a MP que corrigirá em definitivo a questão da gratificação dos trabalhadores de nível intermediário e a garantia ao direito de opção ao nosso Plano de Carreiras aos trabalhadores do Instituto Hélio Fraga, recém-incorporado pela Fiocruz. Esperamos da presidência da Fundação que intensifique o trabalho e a cobrança junto ao Planejamento pela imediata instalação do GT e pela edição da MP - *no fechamento desta edição, o Planejamento confirmou reunião com a Asfoc no dia 29 de junho para tratar destes temas.*

No grupo, dentre outros pontos, abordaremos os adicionais de titulação, que deixaram de ser pagos por percentual, e a retomada da proporcionalidade entre os salários dos servidores de nível intermediário e superior. Tais problemas passaram a existir após a edição da MP 441/08, devido às mudanças feitas unilateralmente pelo governo federal.

Outro ponto que será priorizado no GT diz respeito à regulamentação das gratificações de desempenho e das titulações. Grande número de servidores recebe hoje a metade do componente individual da gratificação por falta de regulamentação. É urgente a solução desse problema que penaliza quase 2 mil servidores e que, embora já tenha sido minimizada no último acordo, ainda se arrasta. Não menos importante e também dependendo de regulamentação, a titulação não teve ainda definidos quais cursos e de qual carga horária poderão ser utilizados para concessão dos adicionais. Isso vem impedindo que vários trabalhadores possam ter acesso a estes valores em seus contracheques.

BALANÇO PATRIMONIAL • 2007/2008

EXERCÍCIOS	2007	2008
ATIVO	1.242.004,32	962.492,28
CIRCULANTE	923.823,96	690.506,64
DISPONÍVEL	544.766,14	320.887,52
Caixa	13.280,44	72.041,97
Bancos Conta Movimento	4.557,62	52.664,21
Aplicações Financeiras	526.928,08	196.181,34
REALIZÁVEL	348.242,86	334.750,81
Adiantamentos	56.634,18	
Contas A Receber	217.221,70	302.736,17
Deposito Judicial	41.149,11	13.562,19
Adiantamento De Salários	13.090,27	17.387,90
Outros Valores A Receber	20.147,60	1.064,55
ESTOQUE	22.144,90	24.009,99
Material De Consumo	17.392,17	19.098,07
Material Promocional	4.752,73	4.911,92
DESP. EXERC. SEGUINTE	8.670,06	10.858,32
Despesas Antecipadas	8.670,06	9.036,42
Seguro A Vencer	0,00	1.821,90
PERMANENTE		
IMOBILIZADO	318.180,36	271.985,64
Moveis E Utensilios	385.614,44	388.364,44
Deprec. Acum. Moveis E Utensilios	-196.522,55	-224.342,74
Veiculos	33.000,00	33.000,00
Deprec. Acum. Veiculos	-18.700,00	-25.300,00
Moveis E Utensilios - Salvador	18.758,27	17.289,47
Deprec. Acum. Subsele Salvador	-6.082,03	-6.407,31
Moveis E Utensilios - B. Horizonte	13.527,37	14.485,37
Deprec. Acum. Subsele - B. Horizonte	-6.320,59	-7.681,17
Moveis E Utensilios Subsele - Recife	13.021,40	13.781,93
Deprec. Acum. Subsele Recife	-7.434,05	-8.739,35
Linhas Telefonicas	14.186,29	14.186,29
Programas E Sistemas	41.624,76	47.624,76
Amortização Programas E Sistemas	-38.194,52	-40.393,93
Equipamentos De Informática	109.059,28	116.116,89
Deprec. Acum. Equip. Informatica	-87.033,39	-97.102,77
Benefitorias	281.843,27	281.843,27
Deprec. Acum. Benefitorias	-232.167,59	-244.739,51
PASSIVO	-1.242.004,32	-962.492,38
CIRCULANTE	-318.434,85	-357.238,13
CONTAS A PAGAR	-31.951,73	-113.515,16
Contas A Pagar Diversas	-27.234,23	-113.515,16
Comite Da Fome	-4.717,50	
Receitas Antecipadas	0,00	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO	-125.351,43	-119.185,33
Salarios A Pagar	-39.118,05	-41.681,54
Pensao Alimenticia	-1.093,70	-1.629,99
Provisao De Férias	-85.139,68	-75.873,80
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	-4.846,45	-19.646,86
Imposto De Renda Retido Na Fonte	-4.846,45	-19.646,86
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	-61.457,96	-86.646,30
Inss A Pagar	-24.077,83	-39.010,80
Fgts A Pagar	-6.921,04	-9.367,58
Pis A Pagar	-1.085,90	-1.424,93
Provisao Encargos S/Férias	-29.373,19	-35.547,49
Outras Contribuições	0,00	-1.295,50
CONTAS CORRENTES	-94.827,28	-18.244,48
Seguro De Vida A Pagar	-92.975,02	-16.325,34
Fioprev Plano De Saúde	-1.852,26	-1.919,14
PATRIMONIO LIQUIDO	-923.569,47	-605.254,25
Fundo Patrimonial Proprio	-923.569,47	-605.254,25
RECEITAS	1.537.561,30	1.856.059,87
Depto Administrativo	233.774,75	292.715,28
Depto Esportes	114.058,63	128.220,67
Depto Sindical	1.036.924,24	1.263.874,72
Depto Socio Cultural	21.860,50	14.802,77
Depto Salvador	33.178,58	40.734,17
Depto Recife	42.326,35	48.477,08
Depto Belo Horizonte	37.334,46	46.048,07
Depto Brasília	3.825,43	2.797,36
Depto Manaus	14.278,36	18.389,75
Total	1.537.561,30	1.856.059,87
DEPESAS	-1.967.525,80	-2.206.665,74
Depto Administrativo	-594.404,06	-626.581,24
Depto Esportes	-284.049,27	-307.742,47
Depto Sindical	-317.770,08	-368.082,12
Depto Jurídico	-249.970,13	-369.263,65
Depto Socio Cultural	-85.144,88	-68.941,74
Depto Comunicação E Divulgação	-232.999,22	-234.245,34
Depto Salvador	-58.408,44	-68.689,62
Depto Recife	-69.893,03	-66.327,13
Depto Belo Horizonte	-63.283,75	-66.009,46
Depto Brasília	-443,84	-5.471,54
Depto Manaus	-11.159,10	-25.311,43
Total	-1.967.525,80	-2.206.665,74
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS	57.533,57	32.290,65
Receitas Financeiras	75.575,81	35.975,67
Despesas Financeiras	-18.042,24	-3.685,02
Total	57.533,57	32.290,65
RESULTADO DO PERÍODO	-372.430,93	-318.315,22

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2008

Justa Helena Braga Franco
Diretora Adm/Fin.Oswaldo Vieira Affonso Filho
Contador

Festas inesquecíveis!



Fotos: Jesuan Xavier

A Asfoc-SN promoveu duas festas que vão ficar na memória e na história do Sindicato. A mais recente aconteceu no dia 8 de junho, o Arraiá do Oswárdu. Desta vez, por causa do crescente aumento de participantes, a festa junina foi realizada num espaço maior e ao ar livre, ao lado da sede do Sindicato. A decisão foi perfeita! Centenas de trabalhadores da Fiocruz dançaram forró pé de serra com o trio “Maçarico e sua gente”, participaram da tradicional quadrilha, comandada pelo médico e dublê de animador cultural Pedro Jonathas, e passaram mensagens pelo correio do amor. Um mês antes, também no dia 8, a semana de comemoração ao Dia do Trabalhador foi encerrada com uma megafesta na Escola Politécnica Joaquim Venâncio, que gentilmente cedeu à Asfoc-SN o Pátio Circular, seu espaço de festas, apelidado de “Pátio Voador”. O público lotou o espaço e vibrou com a banda Reprise Rock Band, que tocou sucessos do pop rock nacional e internacional, lembrando músicas da Legião Urbana, Barão Vermelho, Titãs e Paralamas do Sucesso, dentre outras. Ninguém ficou parado na pista!!! Durante o show ainda houve a participação especial do saxofonista do Kid Abelha, George Israel, que cantou, tocou e até dançou com o grande público presente ao evento. Um show inesquecível!

